

**PLURALISMO E ECONOMIA INSTITUCIONAL:**

**Como fundamentar uma epistemologia plural?**

**Guilherme de Queiroz-Stein<sup>1</sup>**

**RESUMO**

Neste artigo, discute-se em que medida o pluralismo pode potencializar a produção de conhecimento no campo da economia institucional. Para tanto, se faz uma revisão bibliográfica do debate sobre pluralismo em ciências econômicas, em que são identificados três tipos: pluralismo crítico metodológico, pluralismo histórico geopolítico, pluralismo estruturado. Em seguida, são retomadas as posições de Oliver Williamson e Geoffrey Hodgson sobre essa questão, apresentando seus argumentos e avaliando seus limites. Por fim, propõe-se que o pluralismo estruturado, por fundamentar-se na ontologia dos sistemas abertos, fornece bases sólidas para construção de conhecimento plural em economia institucional.

**Palavras-chave:** Epistemologia; Pluralismo; Economia Institucional; Sistemas Abertos.

**ABSTRACT**

This paper discusses how pluralism may potentiate knowledge production in institutional economics. For this purpose, a bibliographic review was made about pluralism in economics. So, three kinds were identified, namely critical methodological pluralism; historical geopolitical pluralism; structured pluralism. Next, Oliver Williamson and Geoffrey Hodgson positions were recovered and analyzed in its limits. Concluding, it is suggested structured pluralism can offer solid bases to construct a plural knowledge in institutional economics, because it find fundamentals in open systems ontology.

**Key-words:** Epistemology; Pluralism; Institutional Economics; Open Systems.

**Área 1 – Metodologia e História do Pensamento Econômico**

**JEL Code:** B25, B4, B52

---

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Econômicas e Bacharel em Ciências Sociais. Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. [guiqstein@yahoo.com.br](mailto:guiqstein@yahoo.com.br)

## Introdução

Ao longo do século XX, a teoria neoclássica ensaiou tornar-se um paradigma hegemônico nas ciências econômicas, que ao assumir um conjunto de hipóteses comportamentais, transformou questões econômicas em problemas de otimização. Contudo, seria no mínimo controverso afirmar que se logrou consolidar um paradigma científico na acepção que o conceito de Thomas Kuhn exige (2000), pois mesmo entre os economistas que ocupam as posições de maior destaque na profissão há significativa diversidade na forma de se produzir conhecimento. Isso se expressa, por exemplo, na impossibilidade de reduzir o *mainstream*<sup>2</sup> da profissão à ortodoxia neoclássica (COLANDER; HOLT; ROSSER JR., 2004; DEQUECH, 2007). Assim, é possível afirmar que:

E, no caso da economia, o que se vai colocar é, decisivamente, a disputa, a controvérsia, a busca de explicar os mesmos fenômenos – a distribuição de renda, o desemprego, o crescimento econômico, a crise, etc. – a partir de perspectivas distintas, não necessariamente convergentes algumas vezes, e radicalmente opostas quase sempre (PAULA *et al.*, 2003, p. 579).

Em uma ciência marcada pela disputa e pela controversa, as quais ultrapassam os limites do debate científico “normal”, interno ao paradigma, coloca-se a questão de como lidar com a diversidade de perspectivas. Nesse contexto, a aceitação do pluralismo pode vir a ser um caminho profícuo para a produção de conhecimento, justamente por a Economia ser constituída de diversas escolas de pensamento, cada qual com acúmulos significativos que as diferenciam entre si, mas que também carregam possíveis pontos de convergência.

Em nossa percepção, uma área específica do pensamento econômico - a Economia Institucional – tem lições importantes para nos legar sobre a relação entre pluralismo e produção de conhecimento. A evolução do pensamento institucionalista é marcada por distintas fases, em que diferentes perspectivas teóricas e metodológicas foram mobilizadas para estudar o papel das instituições no sistema econômico.

É de amplo reconhecimento que o institucionalismo se desenvolve nos Estados Unidos da América (EUA), no início do século XX, liderado por autores como Thorstein Veblen, John Commons e Wesley Mitchell (COLANDER; LANDRETH, 2004; CONCEIÇÃO, 2002; HODGSON, 1993; HODGSON, 2003; HODGSON, 1998; RUTHERFORD, 1994). Historiadores do pensamento econômico argumentam que esse desenvolvimento ocorreu em um ambiente plural. Mesmo que se apresentasse como uma escola de pensamento, o institucionalismo não possuía uma teoria unificada e havia significativa diversidade nos pressupostos e nos métodos utilizados por seus representantes. O diálogo interdisciplinar era intenso e o ambiente de desenvolvimento da profissão colocava em contato os institucionalistas com economistas de outras escolas, especialmente os neoclássicos, constituindo relações pautadas pelo respeito mútuo e pelo diálogo franco e aberto<sup>3</sup>. Contudo, junto ao institucionalismo, esse pluralismo declina rapidamente frente aos avanços da teoria neoclássica e do formalismo matemático após a II Guerra Mundial

---

<sup>2</sup> Nesse trabalho, adotamos a definição sociológica de *mainstream* referindo-se àqueles indivíduos dominantes nas instituições acadêmicas, revistas científicas e demais organizações da profissão de economista. Por ortodoxia, designamos as ideias dominantes, especialmente àquelas proferidas pela escola neoclássica. Assim, não necessariamente *mainstream* e ortodoxia se referem ao mesmo grupo de economistas, pois parte importante do *mainstream* trabalha fora da ortodoxia, na fronteira de pesquisa. A definição de heterodoxo designa ideias antagônicas à ortodoxia e, no plano sociológico, economistas que atuam fora do *mainstream* (COLANDER; HOLT; ROSSER JR., 2004).

<sup>3</sup> Um exemplo significativo disso está no fato de que Irving Fisher e John Commons, dois dos principais representantes de cada escola, mutuamente se respeitavam e atuavam conjuntamente na *Stable Money League*. Também, J. B. Clark, grande representante do neoclássico norte-americano, percebia a necessidade complementar a teoria neoclássica incluindo elementos dinâmicos, tarefa com a qual as teorias institucionalistas deveriam contribuir. Seu filho, J. M. Clark acabou por ser um dos mais respeitados institucionalistas e se propôs a dar continuidade aos desafios teóricos colocados pelo pai (MORGAN; RUTHERFORD, 1998).

(MORGAN; RUTHERFORD, 1998; BALISCIANO , 1998; BIDDLE, 1998; GOODWIN, 1998; MEDEMA, 1998).

Apesar desse declínio, nas últimas décadas a Economia Institucional recrudescer e, no início do século XXI, assume novamente posição de destaque, especialmente pela concessão de prêmios Nobel para alguns de seus representantes e pela sua aceitação no *mainstream*. Ainda, percebe-se que, contemporaneamente, a Economia Institucional passa por uma fase em que perspectivas diversas podem ser encontradas na conformação desse campo. Mesmo que a passos lentos, é crescente a possibilidade de interlocução entre a vertente da Nova Economia Institucional (NEI), incorporada ao *mainstream* e mais próxima da economia neoclássica, e a vertente Neoinstitucionalista, que resgata a Economia Institucional Originária e está mais próxima das escolas heterodoxas. Sem anular suas diferenças, os diversos campos de análise institucional podem ser vistos como complementares ou até mesmo como convergentes (RUTHERFORD, 1994; CONCEIÇÃO, 2002; WILLIAMSON, 2000; CONCEIÇÃO, 2016; CAMPOS, 2016).

Dado este contexto, neste artigo busca-se elucidar algumas questões: seria o pluralismo o caminho epistemológico a ser seguido para se produzir conhecimento sobre a relação entre instituições e sistemas econômicos? Ou o pluralismo existente simplesmente indica uma falta de amadurecimento no debate científico? De que forma podemos fundamentar o argumento de que o pluralismo deve ser o caminho seguido pelos institucionalistas?

Para dar conta dessas questões, na primeira parte deste trabalho investigam-se as diferentes concepções sobre pluralismo que estão presentes na literatura de ciências econômicas, identificando seus limites e suas potencialidades para fundamentar uma epistemologia pluralista. Na segunda parte, discute-se a posição de dois importantes institucionalistas – Oliver Williamson e Geoffrey Hodgson - sobre pluralismo nas ciências econômicas. Por fim, apresentam-se as conclusões do artigo, buscando responder as questões colocadas.

## **Mapeando o Pluralismo**

Apesar de, ao longo de sua história, a Economia ter sido marcada pela existência de um número não desprezível de escolas de pensamento, uma discussão aprofundada sobre o papel do pluralismo na produção de conhecimento só ganha força na década de 1980. Não seria exagero afirmar que há um desconhecimento generalizado dessa discussão por parte dos economistas, contudo, atualmente esse debate possui centralidade entre aqueles que se dedicam ao estudo da metodologia, da epistemologia e da história das ciências econômicas (DOW, 2004; BIANCHI, 2010; DAVIS, 2003). Como não poderia deixar de ser, nesse debate, emergem diferentes concepções sobre o seu significado e sobre a sua incidência. Nesta seção, apresentamos um mapeamento de diferentes formas de conceber o pluralismo, discutindo seus limites e suas potencialidades.

### **a) Pluralismo Crítico Metodológico**

Aqui se classifica como pluralismo metodológico ou pluralismo crítico aquele que tem por referência a obra “Beyond Positivism” de Bruce Caldwell (1994). Para compreendê-lo é preciso ter em mente que, nas décadas de 1960 e 1970, o mundo acadêmico foi balançado por inovações na área de Filosofia da Ciência propostas por autores como Kuhn, Lakatos e Feyerabend. Contudo, nas Ciências Econômicas, o debate metodológico e epistemológico era

pobre, praticamente inexistente (CALDWELL, 2017). Nesse cenário, Caldwell se propôs analisar criticamente a forma como os economistas justificavam a produção do conhecimento econômico, a luz da moderna Filosofia da Ciência. Basicamente, o autor apontou que a discussão metodológica estava ainda centrada nos já superados pressupostos positivistas, argumentando sobre um novo caminho a ser seguido, o pluralismo (CALDWELL, 1994).

No pluralismo metodológico de Caldwell, há uma clara influência do anarquismo metodológico de Paul Feyerabend. Em seu livro de 1975, “Contra do Método”, Feyerabend argumenta que nenhum dos caminhos metodológicos propostos até então – especialmente, o indutivismo e o falsificacionismo - teria sido completamente bem sucedido. Pelo contrário, a característica real da ciência, que impulsionava seu desenvolvimento, era a diversidade de formas de construção do conhecimento. Nesse sentido, Feyerabend advogava uma completa liberdade e independência do indivíduo que se dedica ao fazer científico, não se restringindo a nenhuma forma de “regras do método” (CHALMERS, 1993; FEYERABEND, 1977). Seguindo esse caminho Caldwell afirma que não se encontrou critérios unívocos para se decidir sobre qual o melhor método para produção de conhecimento verdadeiro:

The approach to economic methodology advocated here is labeled ‘methodological pluralism’ because it takes as a starting assumption that no universally applicable, logically compelling method of theory appraisal exists. (Or, more correctly, even if it exists, we can never be sure that we have found it, even if we have.) (CALDWELL, 1994, p. 245)

Assim, argumenta Caldwell que a ciência evolui de forma não linear, impulsionada por sua diversidade. Dessa maneira, o caminho mais profícuo para os metodólogos em Economia seria aceitar o pluralismo (CALDWELL, 1994). Seria preciso reconhecer que há diferentes programas de pesquisa, que colocam diferentes problemas para as Ciências Econômicas. A questão metodológica, nesse sentido, seria *problem-dependent*. Caberia aos metodólogos centrar suas análises nas forças e nas limitações dos diferentes programas de investigação, consolidando um pluralismo crítico (BIANCHI, 1992; ANGELI, 2014; CALDWELL, 1994).

Para esse autor, os metodólogos devem superar a busca por métodos infalíveis, que supostamente funcionariam como algoritmos para a produção de conhecimento verdadeiro. Ao abandonar esse objetivo prescritivo, surge o objetivo descritivo de estudar como as diferentes escolas do pensamento econômico desenvolvem concepções próprias sobre como investigar determinados fenômenos e produzir conhecimento. Assim, cabe ao pluralismo crítico buscar a essência das diversas perspectivas, adentrando a suas formas de ver o mundo.

Para tanto, a primeira tarefa recomendada por Caldwell (1994) é a reconstrução racional do conteúdo metodológico da escola analisada. Isso deve ser feito deixando de lado projeções metodológicas normativas, em prol de conhecer descritivamente a metodologia efetivamente mobilizada pelos economistas. Em seguida, o estudo deve identificar as forças e limitações da abordagem estudada, analisando-a criticamente. O resultado dessa análise, por sua vez, almeja possibilitar um diálogo mais fluído entre economistas de diferentes perspectivas, engendrando uma compreensão mútua profunda, bem como um diálogo crítico no qual a teoria alvo de discussão é entendida em seus próprios termos. Assim, a superação do positivismo seria justificada por três vantagens do pluralismo: sua capacidade de promover a novidade científica; seu estímulo à crítica não dogmática; seu potencial de dar conta do problema da incomensurabilidade entre paradigmas, de modo a promover o diálogo entre diferentes programas de pesquisa (BIANCHI, 1992).

Para Caldwell, essas vantagens existem sob a condição de que, ao se deparar com o problema da escolha de teorias, os metodólogos assumam uma postura descritiva. Contudo, há limites nessa postura descritiva, pois algumas questões permanecem em aberto. O pluralismo não seria uma característica de uma etapa pré-científica (KUHN, 2000)? Ou ainda, não seria adequado apenas aos momentos de transição paradigmática, em que os parâmetros

do fazer ciência normal estariam suspensos (BIANCHI, 1992)? Descrever não suprime a necessidade de buscar fundamentos em que se baseie a produção de conhecimento.

Outro ponto, é que Caldwell propõe um método a ser seguido pelos metodólogos. Em sua percepção, há uma divisão radical entre aqueles que praticam a profissão - os economistas - e aqueles que estudam o que os economistas fazem – os metodólogos. Assim, o pluralismo crítico estaria circunscrito aos metodólogos, os quais academicamente estariam mais próximos da Filosofia da Ciência (BIANCHI, 1992).

Entretanto, contra essa postura de Caldwell é possível argumentar que os economistas podem se beneficiar do pluralismo, enquanto elemento que potencializa a produção de conhecimento, não sendo uma característica restrita a etapas pré-científicas ou a períodos de transição paradigmática. Por exemplo, Eduardo Angeli (2014) apresenta boas razões para defesa do pluralismo buscando fundamentos na escola austríaca de economia e em seu conceito de sociedade aberta. Este conceito, proposto por Friedrich Hayek, está baseado na impossibilidade de um conhecimento totalizante, passivo de ser centralizado. Nessa sociedade, o conhecimento local dos indivíduos e o aprendizado frente ao histórico de fracassos e sucessos seriam os fatores de adaptação e eficiência. Para tanto, seria crucial valorizar a própria liberdade de fugir de comportamentos e pensamentos convencionais, deixando espaço à inventividade e à inovação. O mesmo raciocínio valeria para a produção de conhecimento científico.

Essa linha argumentativa estaria de acordo com a postura epistemológica anárquica liberal de Feyerabend (CHALMERS, 1993), para a qual converge o pluralismo de Caldwell. O pluralismo, assim, poderia buscar fundamentos no próprio processo evolucionário subjacente à dinâmica da profissão de economista, algo que Caldwell não explicita em seus primeiros escritos da década de 1980. Assumindo essa perspectiva, as ciências econômicas poderiam se beneficiar do pluralismo em função:

1\_ do conhecimento disperso existente entre os praticantes da disciplina, conhecimento referente não só às peculiaridades da economia de certo país ou região, mas também, por exemplo, de determinada cadeia produtiva ou setor da economia, bem como de uma ou outra escola de pensamento ou posição metodológica;

2\_ do processo evolucionário que poderá atuar no sentido de favorecer aqueles que vierem a oferecer soluções criativas e diversas do usual e que, ao levantarem proposições convincentes, poderão ser seguidos. Nesse sentido, a crença na existência de uma espécie de processo evolucionário na ciência econômica é um forte argumento em favor da pluralidade de abordagens, e não o contrário, como se a existência de um paradigma absolutamente dominante fosse prova de que a evolução já cuidou de eliminar os que se mostraram menos eficientes (ANGELI, 2014, p. 46)

## **b) Pluralismo Histórico Geopolítico**

Como argumentado, é demasiado restritivo relegar o conceito de pluralismo aos limites circunscritos pela discussão metodológica. Um pensamento acadêmico livre de coerções necessariamente deveria valorizar a diversidade de problemáticas, objetos, perspectivas teóricas e perspectivas políticas. Essa diversidade, por sua vez, refletiria a existência de distintas formas de se olhar a realidade do sistema econômico, dado seu caráter aberto (DOW, 2004). Assim, poder-se-ia falar de um pluralismo que permeia a conformação do campo profissional dos economistas, não se restringindo aos métodos mobilizados na produção de conhecimento.

Essa linha argumentativa foi muito bem explorada no número suplementar da revista *History of Political Economy*, organizado em 1998 por Mary Morgan e Malcolm Rutherford. Nessa publicação, foi apresentada uma série de estudos que enfatizaram as relações entre a

história intelectual e a história profissional dos economistas, destacando o pluralismo existente entre os economistas norte-americanos no início do século XX (MORGAN; RUTHERFORD, 1998; GOODWIN, 1998; BALISCIANO, 1998; MEDEMA, 1998). Para esses autores, a existência do pluralismo naquela época estaria especialmente relacionada ao papel central desempenhado pelo institucionalismo. Isso porque o institucionalismo não era um movimento unificado em torno de um método ou de uma agenda de pesquisa teórica, mas um conjunto de economistas comprometidos com o trabalho empírico e com a elaboração de teorias que buscavam compreender qual o papel das instituições no sistema econômico. Nesse cenário, havia respeito mútuo entre neoclássicos e institucionalistas, sendo que muitos nomes importantes, como Fisher, Clark e Commons percebiam complementaridades entre as duas matrizes de pensamento.

Segundo Morgan e Rutherford (1998), esse clima de tolerância estava relacionado ao processo de institucionalização da profissão, em que era necessário demonstrar a importância do economista para a sociedade. Dessa forma, os economistas possuíam uma preocupação explícita com o interesse social, assumindo posturas públicas e isso implicava em, democraticamente, olhar para os diversos lados de cada questão. Como argumentam os autores:

Professionalization demand evenhandedness. But this very demand recognizes the existence of different analyses, with different results, resting on different beliefs and values. Evenhandedness meant acknowledging differences of opinion, but it also meant impartially rejecting sectionalism in favor of the promotion of the social interest. The social interest, of course, could be variously defined, and different economists could hold different policy positions. So evenhandedness did not necessarily imply silence or neutrality on available policy options, and many economists argued strongly for particular reform packages. The economist could be an advocate in the policy domain, but only if his or her views were buttressed by a properly objective scientific inquiry (MORGAN; RUTHERFORD, 1998, p. 8).

Nessa visão da história, uma série de transformações teria levado ao declínio do pluralismo, o que significou também a derrota do institucionalismo. O resultado dessas transformações teria sido justamente a hegemonização da teoria neoclássica, do formalismo matemático e do método dedutivo-axiomático (MORGAN; RUTHERFORD, 1998). Assim, nessa literatura, o argumento central é de que, dada a ascensão da hegemonia neoclássica, o pluralismo teria existido apenas no período entre guerras da história norte-americana, tendo declinado significativamente após a II Guerra Mundial.

Observar o pluralismo sob a perspectiva histórica é interessante por percebê-lo enquanto uma realidade que permeia a atividade profissional e possibilita compreender as relações do discurso econômico com o contexto em que está inserido. Porém, há limitações nessa abordagem. A primeira crítica, direcionada especialmente à Morgan e Rutherford (1998), seria a de conceber o pluralismo como algo do passado, restrito ao período entre guerras, que teve seu fim decretado pela intensa formalização que seguiu dentro da disciplina no pós- II Guerra Mundial.

Nessa linha crítica, Colander e Landreth (2004) propõem uma visão que aqui chamaremos de “pluralismo geopolítico”. Segundo esses autores, a história das ciências econômicas deveria ser vista como um pêndulo que vai de uma total formalização, em uma das pontas, para uma total não-formalização, na outra ponta. Na evolução da disciplina, tanto a formalização, quanto a não-formalização seriam desequilíbrios. Esses desequilíbrios são expressões da própria competição das escolas, em sua luta para sobreviver, dado o ambiente institucional em que estão inseridas. O pluralismo, por sua vez, seria um momento de equilíbrio nessa competição, o qual existe em função da igualdade de forças entre aqueles que competem pela verdade em economia. Ou seja, para Colander e Landreth, pluralismo seria ausência de hegemonia. Assim, não caberia assumir que o pluralismo advém de algum compromisso ético intrínseco aos participantes. Também, não haveria motivos para relegá-lo

ao passado, dado que atualmente se caminha para um maior equilíbrio na disciplina, dando sinais de ressurgimento do pluralismo (COLANDER; LANDRETH, 2004).

Além disso, é possível argumentar que essa literatura centrou-se demasiadamente no contexto norte-americano. Mesmo possuindo o maior destaque no campo acadêmico, não pode se reduzir as ciências econômicas ao que ocorreu ou ocorre nos EUA. É importante observar que, se a produção em ciências econômicas for avaliada em seu panorama mundial, na segunda metade do século XX emergirá significativa diversidade dado o contexto da discussão econômica na Europa, no bloco socialista, no desenvolvimentismo asiático e sul-americano, entre outros.

O próprio caso brasileiro seria um ótimo exemplo disso. Segundo Fernández e Suprinyak, nas décadas de 1960 e 1970, a Fundação Ford teve um destacado papel na estruturação do campo acadêmico em ciências sociais no Brasil, principalmente concedendo bolsas e financiamento para pesquisa em Economia. Dado o contexto político autoritário da década de 1970, essa fundação teve especial interesse em prezar pela existência de espaços de interlocução acadêmica, nos quais fossem garantidos a autonomia e o livre pensamento. Esse interesse se fez valer em torno da criação da Associação Nacional de Centros de Pós-Graduações em Economia (ANPEC) que teve um papel fundamental ao considerar a participação de economistas e centros de pesquisa vinculados a diversas linhas de pensamento e em mediar o conflito entre escolas discordantes. Dessa forma, criou-se um arranjo institucional subjacente ao ensino, à pesquisa e à atuação profissional que legou aos economistas brasileiros um contexto pluralista, sendo que existem evidências de que isso permanece até os dias atuais (FERNÁNDEZ; SUPRINYAK, 2016; ALMEIDA; ALMEIDA; CARVALHO, 2017)

Além das especificidades históricas e geográficas, outro limite dessas abordagens historicistas sobre o pluralismo é que, assim como o pluralismo metodológico, não fornecem fundamentos normativos para a produção de conhecimento. Limitar o pluralismo à dinâmica de cooperação e competição institucional dos economistas, olhando o apenas em sua dimensão sociológica é deixar em aberto uma série de questões. Por exemplo, nos momentos históricos ou nos países em que haveria maior pluralismo também se encontraria um conhecimento mais verdadeiro, correto ou superior? A ausência de um paradigma seria uma vantagem ou uma desvantagem para esses economistas? O pluralismo seria um fator favorável ou desfavorável à produção de conhecimento? Essas questões são de difícil resposta e colocam a necessidade de se buscar fundamentos epistemológicos para o pluralismo.

### **c) Pluralismo Estruturado**

Afirmar que, para além do equilíbrio geopolítico entre diferentes grupos de economistas, é preciso conceber o pluralismo como fator propulsor para a produção do conhecimento é uma crítica que também seria dirigida aos economistas heterodoxos. Em geral, os heterodoxos toleram-se entre si e, no máximo, percebem-se mutuamente como aliados para formar coalizões antiortodoxas. Contudo, suas relações ainda operam sob um pano de fundo de disputa por hegemonia no campo acadêmico. Ainda há subjacente um desejo de verdade, que é também um desejo de poder.

Na reivindicação do Movimento por uma Economia Pós-autista (*Post-autistic Economics Movement*) essa concepção precisaria ser superada. Nesse contexto, Eduard Fullbrook propõe um pluralismo epistemologicamente delineado:

It regards the various 'schools' of economics, including neoclassicalism, as offering different windows on economic reality, each bringing into view different subsets of economic phenomena. It rejects the idea that any school could possess final or total solutions but accepts all as possible means for understanding real-life economic problems (FULLBROOK, 2002, p. 23).

Nesse sentido, a existência de diversas escolas de pensamento implicaria em perceber a Economia como uma ciência multiparadigmática. Também buscando fundamentar epistemologicamente o pluralismo, Sheila Dow propôs o conceito de pluralismo estruturado. Segundo Dow, a pluralidade epistemológica possui uma base ontológica. Essa base é encontrada na compreensão dos sistemas econômicos como sistemas abertos (DOW, 2004).

Sheila Dow argumenta que o conceito de escolas de pensamento é análogo ao conceito de paradigma científico de Thomaz Kuhn (2000). Os paradigmas são incomensuráveis, no sentido de que não há um conjunto de princípios universais e independentes capaz de julgá-los e compará-los. Essa característica advém da conformação de um paradigma como um conjunto de crenças ontológicas, epistemológicas e metodológicas compartilhados por uma comunidade científica, em torno da qual emergem teorias, métodos e fatos significativos. Ou seja, é um sistema de crenças e de significados compartilhados (DOW, 2004).

A importância dessa analogia entre escolas de pensamento e paradigmas é que a ideia de incomensurabilidade afasta qualquer reivindicação de superioridade e exclusividade metodológica. Contudo, diferentemente da sua existência entre paradigmas, ao se tratar de escolas de pensamento, a incomensurabilidade não deve ser vista como ausência de comunicação. Ao aceitar a incomensurabilidade, os participantes de determinado campo de conhecimento tem que estar conscientes da existência de teorias e metodologias alternativas. Tem que reconhecer a diferença e reconhecer o outro como interlocutor. Mais do que isso, tem que se dispor à leitura e à tradução desse outro, sendo que realizar a crítica interna é a condição da persuasão. Para tanto, exige-se a compreensão profunda da alternativa concorrente e isso só é possível pelo respeito mútuo e pela tolerância (DOW, 2004). Nesse sentido, ao contrário da “visão geopolítica” de Colander e Landreth (2004), o pluralismo depende de uma aceitação ética dos participantes e não apenas de um equilíbrio na correlação de forças.

Assim, na visão de Sheila Dow, a justificativa para aceitar o pluralismo advém de reconhecer que as ciências humanas lidam com a incerteza inerente ao conhecimento que produz. Isso se deve ao fato de que, em Economia, tanto os sistemas reais, quanto os sistemas teóricos são sistemas abertos, caracterizados pela sua complexidade. No plano da realidade, isso significa que o sistema não é atomizado, implicando que as partes interajam entre si, bem como exista interação entre agência e estrutura. As fronteiras que circunscrevem o sistema e os subsistemas nem sempre estão bem definidas e podem vir a se alterar. Ainda, essas fronteiras são semipermeáveis, realizando um significativo volume de trocas com o ambiente em que estão imersas. Em relação aos sistemas teóricos que são construídos para se compreender e/ou explicar esses sistemas reais, pode-se argumentar que são caracterizados pela incerteza epistemológica. Assim, não há garantia de que estejam levando em conta todas as variáveis relevantes ou de que se tenha certeza a respeito de seus efeitos no sistema. As conexões e as fronteiras entre as estruturas nem sempre são conhecidas ou podem se alterar ao longo do tempo. As classificações das variáveis como endógenas ou exógenas podem não ser exaustivas e/ou podem ser alteradas ao longo do tempo. O conhecimento sobre como essas variáveis se relacionam pode ser imperfeito e, ainda, essas relações podem mudar ao longo do tempo (Quadro 1) (CHICK; DOW, 2005). Por fim, é possível argumentar que o próprio conhecimento produzido interage e modifica esses sistemas. Ou seja, o agente produtor de conhecimento faz parte do sistema (CHICK, 2004). Assumindo essa perspectiva é possível conceber um significado que estruture a própria noção de pluralismo: *“It is these characteristics of economic systems which require methodological pluralism. No one epistemology can be conclusively shown to be superior to all others in trying to establish reasoned conclusions about an open-system reality (DOW, 2004, p. 283)”*.



## Quadro 1 - Condições para um Sistema Aberto

<p><b>Sistemas Reais</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>I. O sistema não é atomístico. Possui pelo menos uma das seguintes características:<ul style="list-style-type: none"><li>a. Dadas as interações, os resultados das ações não podem ser inferidos das ações individuais;</li><li>b. Os agentes e suas interações podem ser modificados, existindo, por exemplo, aprendizado;</li></ul></li><li>II. Estrutura e agência são interdependentes;</li><li>III. As fronteiras que circunscrevem e também as circunscritas (subsistemas) são mutáveis, por pelo menos uma das razões a seguir:<ul style="list-style-type: none"><li>a. As estruturas sociais podem evoluir;</li><li>b. As conexões entre as estruturas podem mudar;</li><li>c. As relações estrutura-agente podem mudar;</li></ul></li><li>IV. Estruturas sociais identificáveis estão imersas (<i>embedded</i>) em estruturas sociais mais amplas; elas podem interagir mutuamente, dado que, em geral, as fronteiras dos sistemas sociais são parciais ou semipermeáveis.</li></ul>
<p><b>Implicações para os Sistemas Teóricos</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>V. Podem existir variáveis e/ou relações importantes que estão omitidas e os seus efeitos no sistema podem ser incerto;</li><li>VI. A classificação das variáveis entre endógenas e exógenas podem não ser fixas ou exaustivas;</li><li>VII. Conexões e/ou fronteiras entre as estruturas podem ser imperfeitamente conhecidas ou podem mudar;</li><li>VIII. Há conhecimento imperfeito sobre as relações entre as variáveis; ainda, essas relações podem não ser estáveis.</li></ul>

Fonte - Traduzido pelo autor de Chick e Dow (2005, p.366).

Assim, é possível assumir que, entre as diferentes concepções de pluralismo analisada, o pluralismo estruturado é a mais apropriada para defender uma epistemologia pluralista, justamente por reivindicar fundamentos ontológicos. Mas será que é dessa maneira que os economistas institucionais estão concebendo o pluralismo?

### **Pluralismo e Economia Institucional: alguns argumentos.**

Nessa sessão são apresentadas as posições de dois reconhecidos institucionalistas – Oliver Williamson e Geoffrey Hodgson - que reforçam a necessidade de aproximar os estudos sobre o papel das instituições nos sistemas econômicos de uma epistemologia pluralista. Como veremos, esses autores chegam a uma conclusão semelhante, partindo de visões que podem ser vistas como opostas.

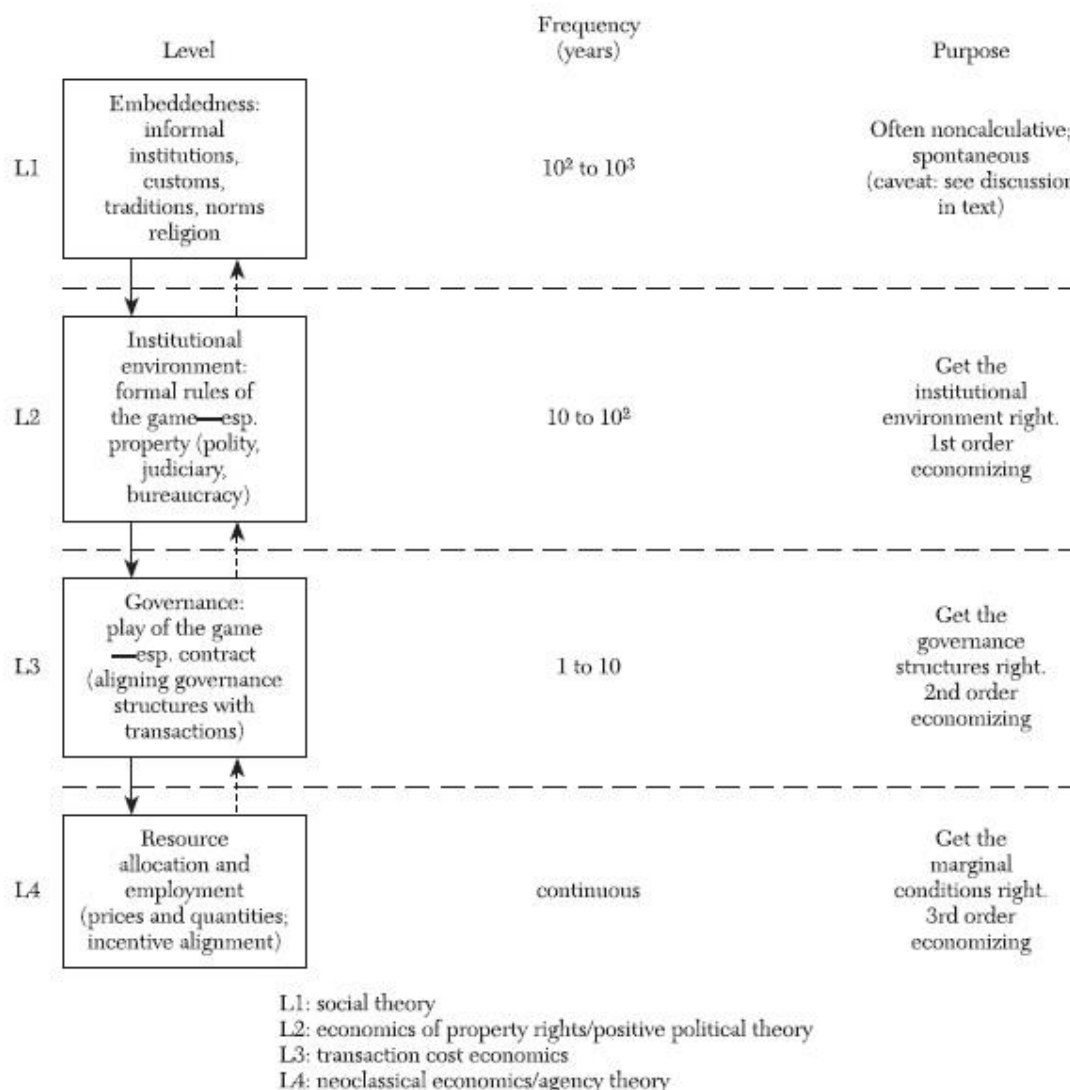
Williamson assume que o mérito da NEI é também seu elemento de distinção: aplicar as ferramentas da teoria econômica à análise das instituições, bem como basear a história econômica em micro fundamentos da ação individual. Hodgson, por sua vez, parte do argumento de que estabelecer micro fundamentos para análise de sistemas complexos é um projeto em franca decadência. Contudo, ambos os autores convergem na defesa de que, para se avançar na produção de conhecimento, é preciso aceitar a diversidade de propostas teóricas

e metodológicas, pois cada uma dessas lida com diferentes dimensões ou níveis analíticos, que exigem diferentes instrumentos para seu estudo.

Em seu artigo “*The New Institutional Economics: taking stock looking ahead*”, Williamson argumenta que mesmo tendo ocorrido significativos avanços no conhecimento sobre as instituições nas últimas décadas, a ignorância dos economistas acerca do assunto ainda é tamanha. Sua preocupação, então, é fazer um balanço da produção na área e encontrar os caminhos para avançar. Para tanto, assume centralidade no seu argumento a ideia de que, dada a complexidade do objeto, a aceitação do pluralismo seria o melhor caminho para os institucionalistas, enquanto não se chegasse a uma teoria unificada (WILLIAMSON, 2000).

O pluralismo de Williamson é expresso na ideia que existem quatro níveis de análise social, os quais interagem entre si, de modo que o nível superior impõem constrangimentos ao nível inferior, enquanto o nível inferior produz efeitos reversos (*feedbacks*) que afetam o nível superior. Seu esquema pode ser visualizado no quadro abaixo:

**Quadro 1 - Níveis de Análise Social**



Fonte: Williamson (2000, p.597)

O primeiro nível seria aquele em que ocorre o “*social embeddedness*”, ou seja, é o nível das instituições informais, da cultura, das matrizes religiosas, das tradições e dos

costumes. Sua origem é espontânea e orgânica, construída por processos históricos evolucionários de longa duração que determinam estruturas e traços cognitivos. Suas transformações ocorrem entre centenas e milhares de anos. Sua análise é aquela estabelecida pela teoria social, sendo que importantes desenvolvimentos analíticos foram propostos por autores como Robert Putnam, Mark Granovetter, Samuel Huntington, Paul DiMaggio e Niel Smelser.

O segundo nível diz respeito à análise do ambiente institucional, que tem por marco temporal as mudanças que ocorre em períodos que variam entre 100 e 10 anos. A conformação dos fenômenos neste nível pode ser estudada tanto pelos processos evolucionários, quanto pelos processos deliberados de tomada de decisão sobre desenhos institucionais. A análise positiva centra-se nas regras formais e na busca de eficiência de primeira ordem (*1<sup>a</sup> order economizing*), devendo ser pautada no “*get the formal rules of the game right*”. A mudança institucional, neste nível, é percebida tanto pelo acúmulo progressivo e decisões, quanto pelos momentos críticos de ruptura. Os campos que contribuem para o conhecimento desse nível são os da teoria política positiva e da análise dos direitos de propriedade.

No terceiro nível encontram-se as instituições de governança, que possuem um horizonte temporal que varia entre um e 10 anos. Os estudos de contratos incompletos e dos problemas adaptativos possuem centralidade neste nível. Nesses estudos, emergem algumas questões cruciais: Como estabelecer e gerenciar as relações contratuais que regulam as interações humanas? Como as estruturas de incentivos são criadas? Como mitigar o conflito e proporcionar ganhos mútuos aos agentes, estabelecendo uma ordem social? Para dar conta dessas questões, seu marco analítico é o da economia dos custos de transação, a qual se preocupa com a busca de eficiência de segunda ordem (*2<sup>a</sup> order economizing*), através da economia nos custos de transação. Assim, seu lema é “*get the governance structures right*”.

No quarto nível de análise estaria a tradicional análise neoclássica que, aplicando princípios marginalistas, buscaria compreender a incidência de estruturas de incentivos nos comportamentos, otimizando funções de utilidade e de produção. Nesse nível, não há temporalidade. A análise é sincrônica e contínua, podendo ser aplicada a qualquer tempo. Por fim, dois outros campos analíticos em desenvolvimento deveriam ser levados em conta e integrados nesse quadro mais amplo da análise social. O primeiro seria a compreensão evolucionária da mente, pelos estudos de psicologia e ciências cognitivas. O segundo seria a integração analítica de como a inovação tecnológica e a inovação organizacional estão relacionadas.

Williamson ainda argumenta que, mais importante que a completa formalização de uma teoria, é que esta possua conteúdo empírico e seja um campo de pesquisa promissor. Em sua visão, a formalização seria mais um resultado do acúmulo progressivo de conhecimento do que um ponto de partida. Nesse sentido, o fato de haver uma diversidade de programas de pesquisa e ideias competidoras no campo das análises institucionais seria motivo o suficiente para ser otimista:

The upshot is that, its many accomplishments notwithstanding, there is a vast amount of unfinished business—refinements, extensions, new applications, more good ideas, more empirical testing, more fully formal theory. I conclude that the new institutional economics is the little engine that could. Its best days lie ahead. Who could ask for more (WILLIAMSON, 2000, p. 611)?

Na visão de Geoffrey Hodgson (1999), a crescente importância do pluralismo ocorre por outros motivos. O argumento desse autor é que o projeto neoclássico, que busca explicar todos os fenômenos com base nos mesmos micros fundamentos acerca do comportamento individual dos agentes, é reducionista e esta em franco processo de decadência, dada as suas limitações heurísticas frente à complexidade dos fenômenos econômicos. Em seu lugar,

emergiria justamente o paradigma da complexidade, junto com o qual cresceria de importância a aceitação do pluralismo.

Segundo Hodgson, o principal problema da busca pelos micros fundamentos de tudo não é o reducionismo em si mesmo. Alguma forma de reducionismo sempre seria necessária para fazer análises ou mensurar a realidade, mesmo levando-se em conta a complexidade dos fenômenos. E, também, sempre é passível de se criticar e debater o escopo e a abrangência desse reducionismo. Nesse sentido, o maior problema estaria na exclusão de outras formas de procedimentos metodológicos para explicar sistemas complexos.

Ainda, argumenta o autor, em grande medida, os processos criativos que alimentam o desenvolvimento científico tem sua origem da integração de ideias e perspectivas de pensamento que até então encontravam-se separadas. Para tanto, se faz necessário um ambiente em que o cientista esteja em contato com teorias diversas e que seja aberto a novas possibilidades de construção de conhecimento, utilizando de métodos, técnicas e abordagens inovadoras. Pois, quando se trata do estudo de sistemas complexos, teorias diferentes, mesmo que incompatíveis, podem servir para analisar diferentes níveis ou diferentes dimensões dos fenômenos.

Nesse ambiente, mesmo o conflito e a tensão que permeiam a convivência de ideias em disputa podem vir a ser transformados em fonte de criatividade. A falta de consenso não necessariamente é um problema; pelo contrário, pode vir a ser uma virtude. Para que isso ocorra, é preciso que os economistas tenham clareza das limitações inerentes a sua escola favorita e se proponham a conhecer as demais abordagens. Acima de tudo, seria fundamental uma postura de humildade epistemológica. Os economistas precisam ter consciência de que o conhecimento que desenvolveram ainda é pouco e que por mais especializados que são, existem poucas certezas sobre como funcionam os sistemas econômicos<sup>4</sup>. Nesse caso, apostar em diversas direções e em diversos meios é um caminho inteligente, pois, assim como na natureza, a evolução no conhecimento humano pressupõe diversidade.

Esses argumentos estão condensados no “Manifesto por uma Economia Pluralista e Rigorosa” (*A Plea for a Pluralistic and Rigorous Economics*), publicado em maio de 1992 por Hodgson, Uskali Mäki e Desiree McCloskey na *American Economic Review*. Esse manifesto foi assinado por 44 economistas, sendo que quatro desses haviam sido laureados com o prêmio Nobel (Franco Modigliani, Paul Samuelson, Herbert Simon, Jan Tinbergen). Além desses, outros nomes de destaque como Robert Axelrod, Mark Bloug, Paul Davidson John Kenneth Galbraith, Nicolas Georgescu-Roegen, Robert Heilbroner, Albert Hirschman Hyman Minsky, Richard Nelson, Mancur Olson, Bruno Frey e Roy Weintraub assinaram. Abaixo, segue o texto na íntegra:

We the undersigned are concerned with the treat to economic Science posed by intellectual monopoly. Economists today enforce a monopoly of method or core assumptions, often defended on no better ground than it constitutes the “mainstream”. Economists will advocate free competition, but will not practice it in the marketplace of ideas.

Consequently, we call for a new spirit of pluralism in economics, involving critical conversation and tolerant communication between different approaches. Such pluralism should not undermine the standards of rigor, an economics that require itself to face all the arguments will be a more, not a less, rigorous science.

---

<sup>4</sup> Segundo John Wallis, era esse tipo de convicção que impulsionava Douglass North a buscar novos problemas e novas formas de explicar a performance econômica: “What set Doug apart was his certainty that all of us had an imperfect and usually wrong conception of the world around us. Doug often described both how people and societies worked as well as how research was conducted as “stumbling and bumbling along.” Doug believed that the more certain you were that you were right, the more likely you were wrong. He believed that about himself as well (WALLIS, 2016, p. 941).”

We believe that the new pluralism should be reflected in the character of scientific debate, in the range of contributions in its journals, and in the training and hiring of economists (HODGSON, 1999, p. 83).

Dessa breve descrição, vale ressaltar que tanto nos argumentos de Williamson, quanto de Hodgson há um sentido de que pluralismo designa a coexistência dialógica e tolerante entre diferentes perspectivas. Essas, por sua vez, estão em competição, mas também se complementam, muitas vezes dando conta de diferentes aspectos e dimensões da realidade. Assim, ambos os autores se aproximam mais do que denominamos no capítulo anterior de **pluralismo histórico geopolítico**. Adicionalmente, consideram a possibilidade de conversação e interlocução entre as diferentes perspectivas de análise institucional.

Porém, é possível questionar: em que se fundamenta essa possibilidade de conversação e interlocução? No argumento de que cada nível da análise social referencia diferentes dimensões da realidade, como propõe Williamson? Mas em que se baseia essa noção de que a realidade possui diferentes níveis? Ou, como afirma Hodgson, poderia se esperar que a dinâmica evolucionária do campo científico transformasse tensões em criatividade? Para tanto, não seria necessário que os participantes assumissem uma postura ética de humildade e tolerância? Ambos os caminhos possuem fragilidades.

Os argumentos de Williamson poderiam ser rebatidos recorrendo às clássicas teorias de Kuhn ou Lakatos a respeito do desenvolvimento científico. Poder-se-ia argumentar que, independente da realidade possuir diferentes níveis, o avanço no conhecimento dependeria de estabelecer parâmetros para o funcionamento da ciência normal. Ou seja, o importante seria ter um paradigma que determinaria fatos, métodos e teorias em comum, sobre os quais o trabalho dos cientistas seria focado. Ou, seguindo Lakatos, seria possível defender que, no máximo, em um campo científico haveria a coexistência de programas de pesquisa em competição. Mesmo nessa situação, esses não dialogariam entre si, pois as hipóteses que conformam seus núcleos duros não seriam passíveis de questionamento e, assim, qualquer diálogo seria potencialmente destrutivo. Independente de a ciência ser conformada por paradigmas ou programas de pesquisas, não seria possível defender que o pluralismo levaria ao avanço do conhecimento, como propõe Williamson.

Sobre os argumentos de Hodgson, poder-se-ia afirmar que é possível e até mesmo provável que no processo evolucionário do campo científico se verifique a situação em que uma escola passe a ser hegemônica e assuma estratégias que busquem suprimir as adversárias. Ainda, seria bastante realista esperar que essa supremacia fosse ancorada mais em fatores extras científicos do que em aspectos racionais.

Por sua vez, a atitude ética dos economistas dependeria da criação de normas e regras informais que fossem internalizadas na própria socialização científica. Dessa forma, a incorporação desses valores na educação científica seria um elemento crucial. Contudo, esse seria um processo bastante incerto, que traria resultados apenas no longo prazo e carregaria uma boa dose de voluntarismo. Adviria um problema de reprodução social: como economistas que não possuem valores de tolerância e humildade irão ensinar esses valores para as novas gerações? Além disso, continuaria faltando um fundamento racional para a epistemologia pluralista e essa ausência provavelmente tornaria essas diretrizes de ensino menos eficazes, pois dificultaria o convencimento e a adesão normativa dos agentes.

Para rebater essas críticas é possível argumentar que o pluralismo estruturado é um caminho para enfrentar os problemas enfrentados tanto pelo pluralismo de Williamson, quanto de Hodgson. Em relação ao primeiro, fornece uma ontologia que justifica a percepção da realidade como possuindo diferentes níveis de análise. Isso ocorre na medida em que as fronteiras dos sistemas econômicos e de seus subsistemas são permeáveis, evoluem ao longo do tempo e estão imersas em estruturas sociais mais amplas, com as quais estabelecem canais mútua influência. Como argumenta Sheila Dow, dadas essas características dos sistemas

econômicos, o avanço científico seria impulsionado pela coexistência de diversas escolas de pensamento e não pela existência de um paradigma ou de um programa de pesquisa bem definido.

Ainda, é possível argumentar que conceber as realidades socioeconômicas como sistemas abertos não está distante do que já é praticado pelos economistas institucionais. Isso torna mais realista a proposição de que os participantes desse campo analítico possam vir a ter uma postura ética favorável ao pluralismo. Dessa forma, favorece-se a existência de uma dinâmica evolucionária profícua à produção do conhecimento, pois essa postura ética é condição necessária para transformar as tensões da competição científica em criatividade,

Aos metodólogos cabe analisar as implicações do pluralismo estruturado e, também, estudar descritivamente os fundamentos metodológicos que já são aplicados no campo de estudos da economia institucional. Assim, a ontologia dos sistemas complexos se tornará explícita e possibilitará um debate racional a respeito do pluralismo e de seu papel em construir conhecimento. À medida que, ao longo do tempo, se avança nesse debate, a sua força argumentativa pode levar os participantes a criarem valores éticos apropriados para transformar essas ideias em posturas práticas.

### **Conclusões**

A partir da discussão prévia é possível afirmar que existem diversos caminhos argumentativos para se defender a ideia de que o pluralismo não é simplesmente o sintoma de um conhecimento ainda imaturo. Pelo contrário, o pluralismo pode ser entendido como um fator que potencializa a produção de conhecimento.

Essa posição é defendida nos textos de Williamson e Hodgson, de modo a ficar claro que o pluralismo não é uma característica somente dos primórdios das ciências econômicas. Ao menos no campo da economia institucional, é um debate vivo, seja pelo lado da NEI, seja pelos autores evolucionários e neoinstitucionalistas. Ainda, pelos nomes que assinaram o manifesto por pluralismo, entre os quais se incluem eminentes figuras ortodoxas como Samuelson, Tinbergen e Modigliani, surgem evidências de que essa é uma importante discussão que ultrapassa as fronteiras da economia institucional.

Por fim, defende-se que o pluralismo estruturado fornece bases sólidas para uma epistemologia pluralista, ao buscar fundamentos ontológicos na conformação dos sistemas econômicos - reais e teóricos - como sistemas abertos. Essa proposição possui um aspecto normativo, de que devemos avançar na racionalização sobre o que significa entender a economia e as instituições como sistemas abertos. Mas, também, deixa margem para posturas descritivas, na linha do pluralismo crítico, legando um programa de investigação metodológica sobre como as diferentes formas de institucionalismo concebem seu objeto e constroem teorias.

### **Bibliografia**

ALMEIDA, I. C. D. S.; ALMEIDA, R. G. D.; CARVALHO, L. R. Academic Ranking and Pluralism: the Case of Brazilian and the New Version of Qualis. **CEDEPLAR - Texto para Discussão**, Belo Horizonte, n. 569, Set 2017.

ANGELI, E. A Importância da História do Pensamento Econômico e do Pluralismo Metodológico em Economia com Base na Perspectiva da Escola Austríaca. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 33-50, Jan-Abr 2014.

BALISCIANO, M. L. Hope for America: American Notions of Economic Planning between Pluralism and Neoclassicism, 1930–1950. **History of Political Economy**, v. 30, n. 5, p. 153-178, 1998.

BIANCHI, A. M. Muitos Métodos é o Método: a Respeito do Pluralismo. **Revista de Economia Política**, v. 12, n. 2 (46), Abr-Jun 1992.

BIANCHI, A. M. Reflexões sobre o Passado e Especulações sobre o Futuro da Metodologia Econômica. **Economia, Selecta**, Brasília (DF), v. 11, n. 4, p. 01-13, Dez 2010.

BIDDLE, J. Institutional Economics: A Case of Reproductive Failure? **History of Political Economy**, v. 30, 1998.

CALDWELL, B. **Beyond Positivism: Economic Methodology in the Twentieth Century**. London: Routledge, 1994.

CALDWELL, B. Reflecting on "Beyond Positivism" at Third-Five. **CHOPE Working Paper**, n. 16, Aug 2017.

CAMPOS, M. M. S. **O Processo de Desenvolvimento Econômico a partir de uma Perspectiva Institucionalista: Elementos de uma Abordagem Heterodoxa**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2016.

CHALMERS, A. F. **O que é Ciência Afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.

CHICK, V. On Open Systems. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 24, n. 1 (93), p. 3-16, Jan-Mar 2004.

CHICK, V.; DOW, S. The Meaning of Open System. **Journal of Economic Methodology**, v. 12, n. 3, p. 363-381, 2005.

COLANDER, D.; HOLT, R. P. F.; ROSSER JR.,. The Changing Face of Mainstream Economics. **Review of Political Economy**, v. 16, n. 4, p. 485–499, Oct 2004.

COLANDER, D.; LANDRETH, H. Pluralism, Formalism and American Economics. **MIDDLEBURY COLLEGE ECONOMICS DISCUSSION PAPER**, MIDDLEBURY, n. 04-09, 2004.

CONCEIÇÃO, O. A. C. O Conceito de Instituições nas Modernas Abordagens Institucionalistas. **R. Econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 119-14, jul./dez 2002.

CONCEIÇÃO, O. A. C. **A Batalha dos Métodos (Methodenstreit) Revisitada: Convergindo em Direção ao Institucionalismo?** IX Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira. São Paulo: Associação Keynesiana Brasileira. 2016.

DAVIS, J. B. Economic Methodology since Kuhn. In: SAMUELS, W. J.; BIDDLE, J. E.; DAVIS, J. B. **A Companion to History of Economic Thought**. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

DEQUECH, D. Neoclassical, Mainstream, Orthodox and Heterodox Economics. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 30, n. 2, p. 279-302, 2007.

DOW, S. Structured Pluralism. **Journal of Economic Methodology**, v. 11, n. 3, p. 275-290, 2004.

FERNÁNDEZ, R. G.; SUPRINYAK, C. E. Manufacturing Pluralism in Brazilian Economics: the Role of ANPEC. **UFMG/CEDEPLAR - Texto Para Discussão**, Belo Horizonte, n. 545, Dez 2016.

FEYERABEND, P. **Contra o Método**. Rio de Janeiro: F.Alves, 1977.

FULLBROOK,. The Pos-Autistic Economics Movement: a Brief History. **Journal of Australian Political Economy**, v. 50, 2002.

GOODWIN, C. D. The Patrons of Economics in a Time of Transformation. **History of Political Economy**, v. 30, n. Number Supplement, p. 53-81, 1998.

HODGSON, G. M. Institutional Economics: Surveying the “Old” and the “New”. **Metroeconomica**, v. 44, n. 1, p. 1-28, 1993.

HODGSON, G. M. On the Evolution of Thorstein Veblen's Evolutionary Economics. **Cambridge Journal of Economics** , v. 22, p. 415-431, 1998.

HODGSON, G. M. **Evolution and Institutions**: on Evolutionary Economics and the Evolution of Economics. Cheltenham: Edward Elgar, 1999.

HODGSON, G. M. John R. Commons and the Foundations of Institutional Economics. **Journal of Economic Issues.**, v. XXXVII, n. 3, p. 547-576, Set 2003.

KUHN, T. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

MEDEMA, S. G. Wandering the Road from Pluralism to Posner: The Transformation of Law and Economics in the Twentieth Century. **History of Political Economy**, v. 30, n. 5, p. 202-224, 1998.

MORGAN, M. S.; RUTHERFORD, M. American Economics: The Character of the Transformation. **History of Political Economy**, v. 30, n. 5, p. 1-26, 1998.

PAULA, J. A. D. et al. Conhecimento e Interesse em Economia. **Est. Econ.**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 559-595, Jul-Set 2003.

RUTHERFORD, M. **Institutions in Economics**: The Old and the New Institutionalism. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

WALLIS, J. J. The New Economic History and Beyond: The Scholarship of Douglass C. North. **The Journal of Economic History**, v. 76, n. 3, Set 2016.

WILLIAMSON, O. E. The New Institutional Economics: Taking Stock, Looking Ahead. **Journal of Economic Literature**, v. XXXVIII, p. 595-613, Sept 2000.